Responsabilidade Socioambiental No Sistema Financeiro:

Iniciativa Brasileira Por Um Capitalismo Humanista

Social And Environmental Responsibility In The Financial System:

Brazilian Initiative For A Humanistic Capitalism.

Carolina Gladyer Rabelo

Carolina Gladyer Rabelo. Doutoranda em Direito Econômico na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Possui Mestrado em Direito Internacional pela Universidade Católica de Santos - UNISANTOS (2009) e Graduação em Direito pela Universidade Católica de Santos (2006). Advogada Inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil Seccional São Paulo desde 2007, atuando precipuamente no âmbito consultivo financeiro, tanto nacional quanto internacional. Gerente Jurídica da Associação Brasileira de Bancos – ABBC. Além de Advogada é Professora em cursos de Graduação e Pós-Graduação em São Paulo – SP. E-mail: cgrabelo@gmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva refletir sobre os conceitos da Responsabilidade Socioambiental (RSA) no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) brasileiro, como ponto de partida para uma gradual mudança dos paradigmas capitalistas, o que pode resultar em um regime econômico mais inclusivo. Num primeiro momento, discorre sobre a definição de responsabilidade socioambiental, fundamento necessário para compreender a conexão entre a preservação ambiental e a proteção dos direitos do homem. A partir daí, em função do impacto ocasionado por tal visão, busca demonstrar a exclusão social existente no sistema capitalista hodierno, para refletir sobre a criação de caminhos que conectem os preceitos suscitados, visando o desenho de uma sociedade mais humana e justa. É fato que tal perspectiva impacta todas as nações, e, em função disso, a sustentabilidade passa a ser um dever planetário. Contudo, restrito ao caso brasileiro, o trabalho ressalta ser fundamental a atenção às questões de sustentabilidade no âmbito financeiro – vez que é setor responsável pelas trocas monetárias e concessão de empréstimos –, na tentativa de substituição de um modelo econômico predador, que coloca em risco a sobrevivência do planeta, por outro, que possa enveredar para um longo caminho de volta.

Palavras-Chave: Responsabilidade Socioambiental; Brasil; Sistema Financeiro; Capitalismo.

Abstract

This article aims to reflect on the concepts of Environmental Responsibility within the Brazilian financial system and how a possible change in the capitalist paradigm can result in a more inclusive economic system. At first, discusses the definition of environmental responsibility, the necessary foundation to understand the connection between environmental preservation and human rights protection. Thereafter, due to the impact caused by this vision, seeks to demonstrate the existing social exclusion in the modern capitalist system, to reflect on the creation of paths that link the raised precepts, aimed at drawing

a more humane and just society. It is true that such perspective cause impact in all nations, and, on that basis, sustainability becomes a planetary duty. However, restricted to the Brazilian case, this work emphasizes the need for attention to the sustainability issues in attempt to replace a predatory economic model harmful to the planet survival.

Keywords: *Environmental Liability; Brazil; Financial System; Capitalism.*

Introdução

A problemática da Responsabilidade Socioambiental – real e atual –, faz reacender o debate sobre a conexão existente entre o crescimento econômico da comunidade internacional e a necessidade de proteção das liberdades do ser humano – a qual se mostra cada vez mais necessária ante a massificação da economia – e, por consequência, dos conflitos decorrentes dessas relações intersubjetivas.

Na investigação das origens históricas, tanto brasileiras, quanto estrangeiras, bem como do atual estágio da Responsabilidade Socioambiental, verificam-se disparidades de interpretações e entendimentos que, se devidamente alinhados, poderão reescrever o rumo da humanidade. Entretanto, se continuar com seus obsoletos padrões, seguirá para um estágio deveras dramático voltado à sobrevivência dos povos.

A sociedade de consumo vem encontrando resistência em segmentos que buscam inovações e alternativas. No que tange aos fundamentos econômicos, a premissa é a de que o sistema capitalista deva obter lucros a qualquer custo, independentemente os reflexos sociais

e ambientais eventualmente causados. Desta forma, a ideia de retirar o consumismo desenfreado do centro de valores sociais contemporâneos, na medida em que ele está inexoravelmente associado à catastrófica dívida social e ambiental acumulada, acaba por ser o ponto central da pesquisa.

As reflexões apresentadas buscaram evidenciar o conceito de sustentabilidade e vislumbrar alguns passos necessários para trilhar o caminho em sua direção. A solução proposta não extingue a existência do modelo capitalista, nem a disputa de poder ou o “tensionamento” das nações. Com o redesenho, existe a possibilidade de redução de danos por parte das organizações e de recuperação de pelo menos parte do mal causado ao longo de séculos.

Casos concretos de iniciativas públicas de cooperação internacional, instrumentalizados por documentos do sistema internacional, a exemplo de: Tratados, Convenções, Recomendações, Declarações, Protocolos, Pactos, Resoluções, dentre outros, são os mais eficazes para a alteração do atual estágio da sustentabilidade justamente pelo fato de, geralmente, abarcarem e atingirem – ainda que muitas vezes apenas na concepção de ideal a perseguir – uma vasta quantidade de nações, de uma única vez. Por isso, entende-se, talvez, o

melhor caminho a trilhar seja o da cooperação entre os povos, a fim de que possam trocar melhores práticas, na busca de um mundo melhor para se viver.

1. Responsabilidade Socioambiental

É cediço que o tema da responsabilidade socioambiental vem ocupando cada vez mais espaço na agenda da sociedade, como um todo. Governos, empresas e sociedade civil, ao longo dos anos, estão discutindo – cada vez com mais intensidade, o papel das organizações e as melhores formas de incorporação de questões socioambientais e finanças sustentáveis na gestão e nas estratégias de negócio.

Diversos organismos internacionais têm dedicado especial atenção ao tema, realizando estudos, aprofundando debates, oferecendo sugestões e recomendações, auxiliando e participando na construção de um modelo que beneficie a todos. E isso, desde a Conferência de Estocolmo, de 1972, momento em que a discussão entre desenvolvimento econômico e meio ambiente ecologicamente equilibrado começou a ser efetivamente iniciada. O assunto, então, começou a ganhar espaço no âmbito regulatório, acadêmico e empresarial.

No Brasil, o marco legal é datado de 1981, ano em que foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente, com a edição da Lei nº 6.938, que antecede a Constituição Federal vigente, de 1988. Constituição essa, que trouxe no bojo do seu artigo 225, §3º, a preocupação de estabelecer – entre outras

disposições sobre o assunto – que “condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

No caso particular das instituições financeiras, objeto deste estudo, já em 1992, na Declaração Internacional dos Bancos para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi evidenciado o compromisso com a sustentabilidade ambiental, focando, precipuamente, melhores avaliações dos riscos de investimento e financiamento.

Apesar de importante, a presente temática já foi percebida como mero “aumento de encargos”, sem uma legítima preocupação por detrás das ações de gerenciamento de risco das operações. Entretanto, o tema das finanças sustentáveis tem ganhado relevância nos últimos anos, pelo fato de as instituições financeiras terem percebido um novo e vasto espaço de oportunidades.

Partindo dessa constatação e também, pelo fato de todo o sistema financeiro ser sujeito aos riscos decorrentes das questões socioambientais – o que, aos olhos do Regulador, trata-se de um sério risco sistêmico – o Conselho Monetário Nacional, acatando proposta advinda do Banco Central do Brasil, este inspirado por outros Bancos Centrais (a exemplo do Banco de Bangladesh), editou regulamentação específica, dispondo sobre as diretrizes socioambientais, que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da política de responsabilidade socioambiental.

Na referida Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014, o órgão regulador estabeleceu que a própria instituição deve elaborar e aprovar a sua política, observando dois preceitos fundamentais: relevância e proporcionalidade. E isso, pelo fato dos perfis operacionais e atividades de cada instituição regulada serem distintos entre si. E é nesse momento da criação do marco regulatório para as instituições financeiras que se instala o maior objetivo desta pesquisa: a oportunidade de realização de mudanças ante ao posicionamento social das empresas.

Pelo fato de o Estado ter iniciado um movimento no sentido da proteção dos direitos socioambientais, apresentado sob a égide da responsabilidade socioambiental, percebe-se uma preocupação mais profunda, ligada ao respeito pelo direito humano. E, como sabido, os direitos humanos são parte fundamental de qualquer sociedade, e sua incidência multidimensional repercutem no direito pátrio e seus sistemas. No enfoque de um direito econômico humanista, onde são sopesadas tais premissas suscitadas, a economia deve ser solidária e inclusiva em face de todos e de tudo, enfim, fraterna, que é aquela que não avilta, e sim edifica os Direitos Humanos em todas as suas dimensões.

Trata-se de um novo olhar para o capitalismo, em harmonia com os direitos humanos e sociais, que ocorre, na atualidade, de maneira mais intensa justamente no mercado financeiro brasileiro. O espírito capitalista e o

espírito de fraternidade são convergentes na medida em que não existe capitalismo sem que se reconheçam os direitos humanos, que, com todas as suas dimensões configuram um feixe indissociável, não cabendo se reconhecer uns e excluir outros.

Ao transportar tais ideais para o sistema financeiro – um dos setores mais relevantes da sociedade –, precipuamente através da Resolução nº 4.327/14, vislumbra-se uma real mudança de paradigmas. No atendimento aos requisitos da regulação suso mencionada é certo que as instituições financeiras deverão revisar seus modelos de negócios. A busca por resultados “a curto prazo” e “a qualquer custo”, que fragiliza o sistema financeiro como um todo e reverbera seus efeitos na sociedade, deverá passar por uma reforma, momento em que os princípios socioambientais serão observados, e, com eles, por derivação, estarão os direitos humanos preservados.

O que se logra, neste sentido, é justamente uma migração do atual modelo praticado, para um padrão mais “verde”, aquele em que as diretrizes da responsabilidade socioambiental permeiam as operações, que, apesar de resultarem em lucros de longo prazo, são absolutamente mais sustentáveis e humanamente inclusivas.

2. A Exclusão Social No Atual Modelo Capitalista

Sabe-se que o desenvolvimento econômico está intimamente ligado ao fomento dos anseios sociais atinentes à capacidade humana. A história nos revela que países preocupados com o bem-estar social de sua população, engajados em políticas de crescimento das liberdades humanas, atingiram um nível de desenvolvimento econômico superior àqueles que assim não o fizeram: “Talvez o impacto mais importante do tipo de êxito alcançado pelas economias do Leste Asiático (...). Essas economias buscaram comparativamente mais cedo a expansão em massa da educação e, mais tarde, também dos serviços de saúde, (...)” (SEN, 2000, p.58).

A ascensão do capitalismo global vem geralmente acompanhada pelo aumento das desigualdades sociais existentes, principalmente no que tange à pobreza. É perceptível que tais disparidades vêm aumentando de maneira gradativa atrás do processo de exclusão social – onde aqueles que detêm algo acabam ficando com tudo; e os menos favorecidos, acabam ficando com nada. E essa é uma clara consequência da estrutura da “nova economia mundial”.

E isso, não obstante o crescimento financeiro – por certo que o desenvolvimento das capacidades humanas como base do desenvolvimento econômico não se dá na mesma proporção –, essencialmente quando analisada a teoria da expansão do capitalismo, na atual ordem mundial. À medida que o fluxo capital e a informação interligam redes de escala mundial, eles excluem destas mesmas redes

todas as populações e territórios que não têm valor ou interesses para suas buscas de ganho financeiro (CAPRA, 2005, p. 147). Para além disso, tratando sobre o Brasil, Ricardo Hasson Sayeg reitera que:

“A escassez de recursos econômicos, diante dos nossos déficits sociais enormes, tendo em vista o quadro retro mencionado, em especial, com quase um quarto da população abaixo da linha de miséria e uma vergonhosa concentração de renda, impõe um indispensável juízo axiológico na alocação eficiente destes recursos e na, sempre que necessária, regência jurídica da ordem econômica, com vistas à satisfatividade dos direitos humanos de segunda e terceira dimensão do povo do Brasil” (CAPRA, 2005, p. 147).

O grande questionamento que se levanta é no sentido da influência dos regimes jurídicos internacionais e dos resultados das práticas políticas internacionais e internas – como ampliar os espaços democráticos nas decisões político-estatais e nos resultados do processo econômico, respeitando-se o cidadão no sentido mais amplo do termo, fazendo-se valer seus direitos humanos (com o devido respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, ao conceito de solidariedade, aos sentidos de responsabilidade e cidadania).

Neste sentido, se faz inquestionável a responsabilidade e o papel que as empresas privadas possuem no que concerne às questões envolvendo a defesa e a preservação desses direitos. No campo social, seja pelo aspecto

legal, seja pelo aspecto moral, a manutenção de regras socialmente justas e equilibradas é determinante para o desenvolvimento sustentável de qualquer nação. No campo ambiental, da mesma forma. Com as instituições financeiras, não poderia ser diferente.

Apesar da evolução da discussão em âmbito internacional, nunca se chegou a um consenso sobre o conceito de responsabilidade social e ambiental das organizações. Alguns focam a responsabilidade social como um compromisso para a sociedade, como Elvira Ventura:

“É o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo de forma proativa e coerente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.” In: *Responsabilidade social das organizações: estudo de caso no Banco Central do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública/Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Ebap/FGV, 1999.

ou, ainda, como algo focado para o meio ambiente, conforme preconiza Alberto Gaspar:

“É um processo contínuo e progressivo de envolvimento e desenvolvimento de competências cidadãs da empresa, com a elevação de responsabilidade sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos com os quais ela interage: o corpo de colaboradores diretos (público interno), sócios e acionistas, fornecedores, clientes e consumidores, mercado e concorrentes, poderes públicos, imprensa, comunidade e o próprio meio ambiente”. In: *Responsabilidade socioambiental empresarial: do conceito à prática*. Disponível em: <www.crescer.org/labideias.php?&idArt+4>. Acesso em: 31.abr. 2015.

Mas, independentemente da conceituação adotada, da vertente escolhida, é certo que no bojo da responsabilidade socioambiental, em si, encontra-se cristalizado um sério compromisso de respeito aos direitos humanos e estímulo às práticas social e ambientalmente sustentáveis entre as partes interessadas. O mercado, não apenas o financeiro, percebeu que a maneira de se fazer negócios precisava ser alterada. Na atualidade, mais do que nunca, fazer negócios sem pensar nas consequências, sejam sociais ou ambientais, tornou-se deveras arriscado, haja vista o movimento crescente de aceitação às premissas socioambientais por parte da sociedade. E, quando se pensa em uma mudança na maneira de se fazer negócios, adotando uma postura mais consciente, sem a busca pelo lucro a qualquer custo, automaticamente as empresas

são sintonizadas em novo padrão operacional, derivado da busca de um regime econômico mais inclusivo e justo.

Com isso, é seguro dizer que, a busca de um padrão econômico em que sejam considerados os direitos sociais e ambientais, tal qual o que aparentemente o Brasil está perseguindo, pode representar a transição para um modelo capitalista menos voraz e mais consciente.

Ao se edificar um capitalismo mais humanista, a concretização dos direitos humanos em todas as suas dimensões, com vistas à satisfação da dignidade da pessoa humana torna-se mais palpável e próxima da realidade, afinal, a existência digna do ser implica, por óbvio, em implicações econômicas. Ou seja, ao passo em que a sociedade internacional clama pela adoção integral de práticas de proteção social e ambiental, ela também intrinsecamente logra por obter a concretização dos Direitos do Homem, vez que são direitos indissociáveis. E é neste ponto em que a teoria jurídica econômica do Capitalismo Humanista se faz presente, por utilizar como marco teórico do humanismo integral de Jacques Maritain, um jusnaturalista que se posiciona via culturalismo jurídico no direito natural, fundado na lei universal da fraternidade conformando o capitalismo e, em decorrência, o direito econômico positivado; e em John Locke, como base filosófica jusnaturalista.

O capitalismo como regime econômico, deve ser indutor do exercício do direito subjetivo natural de propriedade, com vista à

concretização e satisfatividade dos Direitos Humanos de primeira, de segunda e de terceira dimensão, que institui uma economia humanista de mercado. E não o que se percebe na atualidade: um regime que exclui parcelas da sociedade e que, em função de seus ciclos de expansão e retração, podem ocasionalmente causar um esgotamento econômico. O modelo capitalista humanista é o mais próspero e assertivo nessa concepção trazida, pois não levaria a humanidade a uma derrocada, ao passo em que, dentre suas premissas, existe o ideal de o Estado intervir para promover as oito metas do milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas, que são: (i) erradicar a extrema pobreza e a fome; (ii) atingir o ensino básico universal; (iii) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; (iv) reduzir a mortalidade infantil; (v) melhorar a saúde materna; (vi) combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; **(vii) garantir a sustentabilidade ambiental;** e (viii) estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. E, conforme contextualizado, o Brasil já iniciou seus esforços, ao regular as questões socioambientais, ainda que apenas no cenário financeiro, de maneira mais taxativa.

3. Como Perseguir Um Modelo Econômico Mais Saudável E Inclusivo?

Demonstrar a possibilidade da constituição de um ambiente econômico de economia humanista de mercado em que se

reconhecem e se concretizam os direitos humanos em todas as suas dimensões, cuja primeira é a base do capitalismo. Demonstrar que a inclusão (de observância obrigatória) das premissas da responsabilidade socioambiental no Sistema Financeiro Brasileiro nortearão novas condutas operacionais, com deslinde capitalista, num direcionamento mais humanista e consciente. Afinal, em termos práticos, a nova forma de se fazer negócios prescrita pelo Conselho Monetário Nacional segue as melhores práticas internacionais ligadas ao tema da responsabilidade socioambiental, que reforça, por derivação, a proteção aos direitos humanos, bem como aos demais direitos fundamentais – base do Capitalismo Humanista. Apesar de, para muitos, tais pontos sejam quase utopia, existem algumas maneiras que podem trazê-los à realidade, a exemplo do desenvolvimento de pesquisas que englobem os seguintes tópicos:

i) origens históricas dos direitos sociais e ambientais, ligados à cerne dos direitos humanos, tanto no direito brasileiro, como no direito estrangeiro;

ii) atual estágio dos direitos suso mencionados no mundo contemporâneo, a fim de dinamizar seus efeitos na sociedade, bem como, lacunas de atuação;

iii) mecanismos de proteção e alavancagem vigentes, atinentes à responsabilidade socioambiental, compilando e estabelecendo os pontos de convergência e divergência, bem como, os mecanismos limitantes desses direitos;

iv) fundamentos do desenvolvimento econômico global, a fim de tentar convergir as boas práticas internacionais atinentes aos direitos humanos, sem ofuscar a busca pelo ganho de capital;

v) possibilidade de ampliação dos espaços democráticos nas decisões político-estatais ante aos resultados do processo econômico, com foco na migração do atual modelo capitalista para um padrão mais humanista e consciente.

Para além desses pontos, uma esquematização dos direitos voltados à proteção socioambiental no direito brasileiro, a partir da construção de um sistema coeso, pautado na Constituição Federal, das experiências de sucesso e insucesso verificadas no direito comparado e no sistema processual brasileiro, também seria uma divisão de eras.

4. Considerações Finais

É fato que no arcabouço jurídico nacional existem normas concernentes à proteção dos direitos sociais, tanto quanto dos direitos ambientais. Entretanto, um novo olhar para tais ramos é mister. Fazer perceber que a garantia desses mencionados direitos promove os direitos humanos (base de qualquer sociedade) e torna efetiva a defesa da dignidade da pessoa humana, ratifica a pertinência do estudo ora pretendido.

A sociedade contemporânea clama por uma maior proteção aos direitos do homem, uma vez que o desenvolvimento econômico está intimamente ligado ao desenvolvimento social oriundo do crescimento das capacidades humanas. O Estado, amplamente reconhecido pelo indivíduo como detentor da ordem e agente modificador, é o responsável pela expansão ou limitação das liberdades humanas, capazes de influenciar o próprio desenvolvimento mundial. Isto porque, o processo de reestruturação das atribuições em que o Estado, a sociedade civil e as organizações têm sido submetidos, tem como um dos seus principais efeitos a entronização das empresas no contexto da responsabilidade socioambiental. A necessidade de adequação a este princípio internacionalmente instituído surge no instante em que a sociedade demanda uma postura mais completa, e até mesmo mais complexa, dos entes que compõem os três setores suscitados: sociedade, governo e iniciativa privada.

Surge, então, a resposta brasileira para o tema, na forma da Resolução nº 4.327/2014 emanada pelo Conselho Monetário Nacional, a fim de que as instituições financeiras possam se adequar às premissas básicas regulatórias, tal qual se verifica em países cujo assunto encontra-se mais desenvolvido. No sentido da norma, o modelo idealizado é aquele em que as atividades de natureza mais poluidora – que produzam maiores impactos socioambientais –, tenham cada vez menos acesso ao crédito, seja através do encarecimento dos juros e redução dos prazos das operações, ou, ainda, restrição a operar com

dados setores, por parte das instituições financeiras.

O caminho da adaptação é longo e ainda demanda muita aderência e cooperação por parte das instituições financeiras. O ajuste é absolutamente pertinente e aprazível aos olhos da sociedade internacional, que vem criando movimentos constantes, através da larga gama de mecanismos criados e voltados para regulamentação da responsabilidade socioambiental, tornando-a parte da cultura das nações.

Referências Bibliográficas

- AMARAL JUNIOR, Alberto do. *Introdução ao direito internacional público*. São Paulo: Atlas, 2008.
- BALERA, Wagner. *Comentários à Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 2ª ed. Conceito Editorial, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BECK, Ulrich. *¿Qué es la globalización? falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Barcelona: Paidós, 1998.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo Ideológico do desenvolvimentismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*.
- BRUE, Stanley. *História do Pensamento Econômico*. 6 ed. São Paulo: Thomson, 2005.

- CAPRA, Fritjof. *Conexões Ocultas: Ciência para uma Vida Sustentável*. 4 ed. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2005.
- CASTEL, Robert. *As Armadilhas da Exclusão*. 2 ed. Trad. Cleisa Moreno Maffei Rosa e Mariângela Belfiore-Wanderley. São Paulo: Editora Educ, 2007.
- EVANS, Peter. *Embedded autonomy: states and Industrial transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FARIA, José Eduardo. *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros, 2002.
- KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. *Poder e interdependência: la política mundial em transición*. Grupo Editor Latinoamericano: Buenos Aires, 1988.
- LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- LOCKE, John. *Carta sobre la Tolerância*. 5 ed. Tecnos: Madrid, 2005.
- MACKEY, John; SISODIA, Raj. *Capitalismo Consciente: como libertar o princípio heroico dos negócios*. São Paulo: HSM Editora, 2013.
- MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral*. 2 ed. Madrid: Palabra, 1999.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.
- MOHR, L. A., WEBB, D. J., & HARRIS, K. E. *Do consumers expect companies to be socially responsible? The impact of corporate social responsibility on buying behavior*. The Journal of Consumer Affairs, 35(1), 2001.
- MOREIRA, Vital. *Estudos de regulação pública*. Coimbra: Editora Coimbra, 2004.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- OEA. *Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969*.
- OLIVEIRA, J. A. *Responsabilidade social em pequenas e médias empresas*. Revista de Administração de Empresas, 1984.
- ONU. *Carta das Nações Unidas de 1945*.
- _____. *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986*.
- _____. *Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948*.
- REZEK, Francisco. *Direito internacional público – curso elementar*. São Paulo: Saraiva, 1989.
- ROSSETTI, José Cabral. *Introdução à Economia*. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *La globalización del derecho. los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Bogotá: ILSA, 1998.
- SARMENTO, Daniel. *Os princípios Constitucionais da liberdade e da autonomia privada*. Revista Recampi Digital, 2006.
- SAYEG, Ricardo Hasson; BALERA, Wagner. *O Capitalismo Humanista: Filosofia Humanista de Direito Econômico*. Petrópolis: KBR, 2011.
- _____. *Capitalismo Humanista no Brasil*. Disponível em: <www.pucsp.br/capitalismohumanista/download/o_capitalismo_humanista_no_brasil.pdf>. Acesso em: 02.nov.2013.

- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. 6ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SMITH, Adam. *Investigación sobre la Natureza y Causas de la Riqueza de las Naciones*. México: Fondo Mexicano de Cultura, 1990.
- SMITH, C. The new corporate philanthropy. *Harvard Business Review*, 72(3), 1994.
- SÓLIO, Marlene Branca. *Responsabilidade Social e sustentabilidade no contexto do século XXI*. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/artigo12_26.pdf>.
- STIGLITZ, Joseph E. *A Globalização e seus malefícios*. 3 ed. São Paulo: Futura, 2002.
- ULRICH, Beck. *O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. Tradução: André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- VENTURA, ELVIRA. *Responsabilidade social das organizações: estudo de caso no Banco Central do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública/Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Ebap/FGV, 1999.